

Ladeando a questão

RAUL PILLA

NÃO ME PARECE tenha sido das mais felizes a solução dada pela Câmara ao incidente ali ocorrido entre o seu primeiro secretário e um jornalista. Não se resolveu a questão: ladeou-se. Apenas se quis ver uma questão de ordem jurídica e penal, no que era, antes de tudo, uma questão de ordem institucional, isto é, relativa ao funcionamento da Câmara dos Deputados.

Entretanto, convém fixar alguns aspectos fundamentais no problema das relações entre os homens públicos e a imprensa.

Há numerosos jornais, entre nós, que não sabem argumentar, senão insultando e caluniando. Assim procedem por ser mais fácil e, sobretudo, por melhor satisfazer o gosto pervertido de certa parte do público. Foi o que sucedeu a propósito do incidente havido entre a Mesa da Câmara e os cronistas parlamentares. Poder-se-ia, evidentemente, discordar da resolução da Mesa e condená-la até, com a maior veemência; o que não se deveria nunca era, sob tal pretexto, insultá-la, ou caluniá-la. Tão soezes foram os ataques, dirigidos principalmente contra o primeiro secretário, que a simples leitura dos artigos do jornalista agredido decidiu a questão, na sessão secreta da Câmara. Todos os deputados se sentiram solidários com os seus colegas ultrajados.

E' necessário, é urgente modificar semelhantes processos. Assim o exige a própria sorte da democracia brasileira. Condenada estará ela, se a crítica, embora veemente, continuar a ser substituída pela injúria e pela calúnia. Existe, entre nós, uma prestigiosa Associação Brasileira de Imprensa; em muitos Estados há também entidades regionais: nada poderão elas no sentido de modificar tão deletérios costumes? Não será possível instituir um código de ética jornalística, ou dar-lhe efetividade, caso já exista?

Se tal é a culpa da imprensa, isentos de culpa não estão os homens públicos. Quase nunca recorrem à justiça, quando injuriados ou caluniados. Isto, além de favorecer o desbragamento de certos jornais, tem a pernicioso consequência de confundir bons e maus, honestos e desonestos, na mesma indistinta e suspeita categoria. Conheço os percalços que, em tal matéria, oferece o processo judicial; mas dá resultado algumas vezes, como o demonstraram alguns exemplos recentes. Além disto, não há outro caminho razoável para preservar a honra do homem público, que tenha realmente alguma coisa para preservar.